

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE GESTÃO E ECONOMIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

ALINE SANTA ROSA

**O CONTROLE INTERNO COMO INSTRUMENTO DA GESTÃO
PÚBLICA MUNICIPAL NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DE LARANJAL PAULISTA-SP**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA - PR
2014

ALINE SANTA ROSA

**O CONTROLE INTERNO COMO INSTRUMENTO DA GESTÃO
PÚBLICA MUNICIPAL NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DE LARANJAL PAULISTA-SP**

Monografia de Especialização apresentada ao Departamento Acadêmico de Gestão e Economia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de “Especialista em Gestão Pública Municipal”.

Orientador: Profa. Msc. Ana Cristina Macedo Magalhães

CURITIBA - PR
2014

À minha família e meu
namorado pelo apoio e
compreensão durante esta
jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e pela renovação da coragem e determinação ao longo do caminho.

A minha família e meu namorado pelo carinho, paciência e compreensão todo o tempo e ao longo deste curso realizado.

As tutoras presenciais Solange e Danielly que com muita atenção e disponibilidade auxiliaram a todos durante o curso.

A professora Ana Cristina Macedo Magalhães pelo apoio, compreensão e auxílio na evolução que me proporcionou durante a elaboração deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho objetiva demonstrar a importância do controle interno para uma Secretaria Municipal de Assistência Social, fazendo um relato de seu conceito e características, complementando com o histórico da Assistência Social no país e com a descrição do ciclo orçamentário na administração pública. A Administração Pública deve valorizar o controle interno, uma vez que através dele consegue-se garantir o funcionamento dos processos próprios à gestão como meio de evitar erros, fraudes e desperdícios. As entidades que possuem um controle interno efetivo podem utilizá-lo para a avaliação de seus atos e para a melhoria de sua gestão. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica através de livros, artigos e monografias disponibilizados em *site* e também o estudo de caso com aplicação de um questionário aos funcionários da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Laranjal Paulista. Também foi realizada uma pesquisa sobre a execução do controle interno em outros municípios, sendo que essa execução pode servir como meio para implantação do controle interno em municípios menores. A partir do que foi estudado, percebe-se que é necessário um conhecimento por parte dos funcionários do funcionamento do controle interno como também uma parametrização do controle interno na gestão pública municipal.

Palavras-chave: Orçamento Público. Controle Interno. Assistência Social.

ABSTRACT

This work aims to demonstrate the importance of internal control for a Municipal Social Services, making a report of its concept and characteristics, complementing the history of Social Assistance in the country and with the description of the budget cycle in public administration. Public administration should enhance internal control, since it is achieved by ensuring the operation of their own management processes as a means of avoiding mistakes, fraud and waste. Those entities that have an effective internal control can use it to evaluate their actions and improve their management. The methodology used was the literature research through books, articles and monographs available on site and also a case study with a questionnaire to employees of the Municipal Social Welfare of the municipality of Paulista Orangery. A survey on the implementation of internal control in other municipalities was also performed and that implementation can serve as a means for implementation of internal control in smaller municipalities. From what has been studied, it is perceived that knowledge by employees of the functioning of internal control as well as a parameterization of the internal control in municipal governance is needed.

Keywords: Public Budget. Internal control. Social Assistance.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Marcos mais importantes da Assistência Social no Brasil

Tabela 2 - Requisitos para cada nível de gestão

Tabela 3 - Responsabilidades dos três níveis de gestão

Tabela 4 - Secretaria Integrantes–Grupo de Trabalho do município de Campinas

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tempo de Trabalho na Secretaria de Assistência Social

Gráfico 2 – Tipo de Cargo Ocupado na Secretaria de Assistência Social

Gráfico 3 – Tipo de Controle Realizado na Secretaria de Assistência Social

Gráfico 4 – Formas de Acompanhamento de Convênios

Gráfico 5 – Formas de apresentação do controle interno

LISTA DE SIGLAS

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CNSS - Conselho Nacional de Serviço Social

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei Orçamentária Anual

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MAS - Ministério da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MESA - Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome

NOB - Normas Operacionais Básicas

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PPA - Plano Plurianual

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

TCE/SP – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Tema e Problema.....	11
1.2 Objetivos	11
1.2.1 Objetivo Geral	11
1.2.2 Objetivos Específicos.....	12
1.3 Justificativa.....	12
1.4 Metodologia	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 ORÇAMENTO PÚBLICO.....	15
2.1.1 Conceito	15
2.1.2 Princípios orçamentários.....	16
2.1.3 Ciclo Orçamentário	17
2.2 CONTROLE INTERNO	19
2.2.1 Conceito	19
2.2.2 Fundamentação Legal para o Controle Interno.....	20
2.2.2.1 Lei nº 4.320/64	20
2.2.2.2 Constituição Federal de 1988	20
2.2.2.3 Lei Complementar nº 101/2000.....	21
2.2.3 Objetivos	21
2.2.4 Princípios	22
2.2.5 As funções do Controle Interno.....	22
2.3 ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	23
2.3.1 Histórico	23
2.3.2 Níveis de Gestão no SUAS.....	28
2.3.3 Sistema Público de Proteção Social	30
3 METODOLOGIA	33

4 ESTUDO DE CASO	36
4.1 Breve Histórico do município de Laranjal Paulista	36
4.2 Obtenção e Análise dos Dados.....	37
4.2.1 Quanto à caracterização do respondente	37
4.2.2 Quanto ao Controle Interno.....	38
4.3 Forma de atuação do Controle Interno em outros municípios	41
4.3.1 Campinas/SP	41
4.3.1.1 Controle Interno no município de Campinas	42
4.3.2 Londrina/PR	43
4.3.2.1 Controle Interno no município de Londrina	44
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
6 REFERÊNCIAS.....	49
APÊNDICE A	52

1 INTRODUÇÃO

A administração de uma entidade, seja pública ou privada, é desempenhada por meio de atos coordenados e planejados, designados a funções administrativas.

O controle desempenha na administração papel fundamental na atuação eficaz de qualquer organização. É por meio dele que detectamos ocasionais desvios ou problemas que acontecem durante a execução de um trabalho.

Todas as ações da Administração Pública precisam ser antecipadamente planejadas e devem cumprir as normas básicas previstas na legislação vigente, visando o desenvolvimento social e melhoria na qualidade de vida da sociedade.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Na administração pública, o controle interno precisa estar presente, agindo de forma preventiva, em todas as suas funções, administrativa, jurídica, orçamentária, contábil, financeira, patrimonial, de recursos humanos, dentre outras, buscando a efetivação dos objetivos a que se propõe.

O controle representa a segurança do administrador na tomada de decisões. O ato praticado deve ser amparado por evidências de que os fatos ocorreram, foram conferidos e aprovados (CASTRO, 2001, p. 291)

Tomando por base o exposto acima, é direcionado o tema do trabalho: logística aplicada a Gestão Pública Municipal.

Nota-se atualmente que determinados atos da administração pública são executados de forma imprópria, o que leva ao entendimento de que o controle interno deve estar presente em todos os setores de um órgão público. Diante dessa afirmação, tem-se o seguinte problema: Qual o papel do controle interno de documentação contábil na criação de possibilidades de melhorias de resultados para a gestão pública municipal na área de Assistência Social no município de Laranjal Paulista-SP?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o papel do controle interno de documentação contábil na criação de possibilidades de melhorias de resultados para a gestão pública municipal na área de Assistência Social no município de Laranjal Paulista-SP.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Conceituar orçamento público
- b) Apresentar as fases do ciclo orçamentário;
- c) Relatar controle interno na administração pública municipal;
- d) Apresentar a importância do controle interno na gestão dos gastos públicos municipais na área de Assistência Social;
- e) Levantar casos de sucesso na implantação de controle internos de Gestão;
- f) Citar melhorias para o controle interno na área de Assistência Social.

1.3 JUSTIFICATIVA

A escolha pelo assunto aqui apresentado é resultado pelo interesse de aplicar o aprendizado de nível acadêmico e aprofundar os conhecimentos pelo controle interno na Administração Pública, focando a área de Assistência Social.

Atualmente é um assunto que chama muito atenção, uma vez que é possível a análise da documentação produzida pelos processos referentes a Administração Pública.

Tendo em vista a defasagem na quantidade de profissionais contábeis na área pública, o presente trabalho tem a intenção de evidenciar a importância que o controlador interno tem ao se conduzir um órgão público e seus recursos, demonstrando a importância do controle para uma boa administração na área de Assistência Social, como também a importância dos gastos realizados com os recursos estaduais e federais destinados a esta área e sua aplicação de forma clara a prática condizente com a execução de suas atividades.

1.4 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo e explicativo de natureza qualitativa e quantitativa sobre a importância de estabelecer o controle interno numa secretaria municipal com intuito de apresentar as contribuições desse controle nas atividades desenvolvidas.

Caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental uma vez que o estudo consistiu na utilização da literatura pertinente ao assunto, composta de livros, manuais, teses, dissertações e *sites* de internet. Também é caracterizada como um estudo de caso, onde foi utilizado um questionário para percepção se há implantado

ou qual o grau de implantação de um controle interno na secretaria de assistência social do município de Laranjal Paulista.

O instrumento de pesquisa utilizado para a coleta de dados é um questionário apresentado no Apêndice A. Segundo Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 53), o questionário “contém um conjunto de questões, todas logicamente relacionadas com um problema central”. Para os autores é necessário constituir, com critérios, as questões mais importantes a serem escolhidas e que interessam ser avaliadas de acordo com os objetivos. Elaborou-se um questionário impresso com intuito de verificar se há implantado o controle interno nas atividades da secretaria.

A população desta pesquisa são os funcionários do órgão gestor da Secretaria de Assistência Social do município de Laranjal Paulista. A amostra foi delimitada aos funcionários que responderam ao questionário impresso.

Para conseguir alcançar os objetivos indicados neste trabalho, seu conteúdo foi organizado em cinco capítulos, com intuito de demonstrar a ligação dos mesmos.

As considerações iniciais sobre o tema são apresentadas no primeiro capítulo. Também neste capítulo estão colocados os objetivos indicados, tanto o objetivo geral quanto os objetivos específicos que são a base de toda a preparação desta pesquisa. Apresenta-se ainda, uma justificativa da pesquisa, um resumo dos métodos utilizados para o alcance dos objetivos e a organização dos seus capítulos.

O segundo capítulo pretende posicionar o leitor dentro do tema estabelecido. Para isso, apresenta-se a fundamentação teórica com a pretensão de conceituar orçamento público e apresentar as fases do ciclo orçamentário, como também o controle interno na Administração Pública, expondo seus conceitos e finalidades. Este capítulo também aborda o histórico da assistência social e importância do controle interno.

No terceiro capítulo é esboçada detalhadamente a metodologia utilizada para a realização do trabalho.

No quarto capítulo apresenta-se um breve histórico da cidade de Laranjal Paulista. Após, aparecem informações sobre a coleta e análise dos dados que correspondem à elaboração do questionário e à análise das respostas obtidas dos funcionários do órgão gestor da Secretaria de Assistência Social do município de Laranjal Paulista, como também uma análise do controle interno instituído em dois outros municípios.

O quinto capítulo explana as conclusões do trabalho, apresentando uma síntese dos resultados alcançados em decorrência dos objetivos propostos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O planejamento figura como função administrativa primordial para designar quais objetivos a serem alcançados, e ligado a este planejamento encontra-se o orçamento que determina quais as ações a serem efetivadas para alcançá-los (CASTRO, 2011).

Abordando a definição de orçamento, seus princípios e explicando como se dá o ciclo orçamentário, liga-se o assunto a apresentação do controle interno que tem como um de seus direcionamentos a execução do orçamento. Finalizando a explanação teórica, apresentam-se marcos importantes da Assistência Social no país e também as responsabilidades do município quanto aos níveis de gestão direcionados as proteções sociais básica e especial.

2.1 ORÇAMENTO PÚBLICO

2.1.1 Conceito

Para Castro (p. 35, 2013), a função básica do orçamento público é organizar as ações e definir os recursos para materializar o planejamento.

O orçamento é um modo de consolidar um planejamento, estabelecendo de forma detalhada todas as fontes e aplicações de dinheiro, sendo apresentado como um documento que dá autorização para se receber e gastar recursos financeiros e havendo a necessidade que a aplicação desses recursos esteja prevista em lei (MOTA, 2009).

Segundo Piscitelli e Timbó (2010), é uma ferramenta que expressa a alocação dos recursos públicos, sendo operacionalizado através de diferentes programas que estabelecem a integração do plano plurianual com o orçamento.

“O orçamento público, portanto, é o ato administrativo revestido de força legal que estabelece um conjunto de ações a serem realizadas, durante um período de tempo determinado, estimando o montante das fontes de recursos a serem arrecadados pelos órgãos e entidades públicas e fixando o montante dos recursos a serem aplicados pelos mesmos na consecução dos seus programas de trabalho, a fim de manter ou ampliar os serviços públicos, bom como realizar obras que atendam as necessidades da população” (Mota, 2009, p. 17).

2.1.2 Princípios orçamentários

Os princípios orçamentários são normas fixadas em legislação, ou formas empregadas e aceitas historicamente, com intuito de dar estabilidade, consistência e transparência aos atos públicos. Foram se consolidando ao longo dos tempos e foram determinados por leis para limitar a ação do Poder Executivo (CASTRO, 2013).

Unidade: o orçamento deve ser uno para permitir maior informação do fluxo de recursos orçamentários que compõem as finanças de determinado ente público num único contexto (MOTA, 2009).

Piscitelli e Timbó (2010) explicam que cada esfera da Administração necessita elaborar um orçamento que contenha suas receitas e despesas.

Castro (2013) sintetiza citando que segundo o art. 2º da Lei 4.320/1964, cada ente da Federação (União, Estado, DF ou Município) deve ter somente um orçamento, ficando proibida a existência de orçamentos paralelos.

Anualidade: o orçamento limita-se a período definido de tempo chamado exercício financeiro, que coincidirá com o ano civil (1º de janeiro a 31 de dezembro). Citando o art. 35 da lei 4.320/64 pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas (CASTRO, 2013).

Segundo Piscitelli e Timbó (2010, p. 34), “o princípio está também associado à prestação formal de contas pelos responsáveis”.

Segundo Mota (2009, p. 31), “esse princípio também permite que os planos operacionais sejam revistos, no máximo, anualmente, o que concorre para o constante aperfeiçoamento deles”.

Universalidade: O orçamento deve abranger todas as receitas e todas as despesas (PISCITELLI E TIMBÓ, 2010).

Segundo Mota (2009), esse princípio impede que a arrecadação de determinado recurso financeiro e sua consequente aplicação fuja à apreciação e aprovação do Poder Legislativo.

Deste princípio deriva a regra do orçamento bruto, instituindo que as receitas e despesas devam fazer parte da lei orçamentária e de créditos adicionais pelos seus valores brutos, sem nenhuma dedução (MOTA, 2009).

Exclusividade: está expresso no art. 165, § 8º, não podendo ser inserido na lei orçamentária referência sobre qualquer outro assunto a não ser a previsão da receita e a fixação da despesa (PISCITELLI E TIMBÓ, 2010).

Mota (2009) elucida que a Constituição Federal prevê duas exceções a este princípio: a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito.

Especificação: instituiu identificação de cada dotação de receita e despesa, de maneira que não figurem de forma global. Partindo do princípio é que surge a necessidade de um quadro de detalhamento das despesas, bem como classificação das receitas e despesas em diversos níveis (PISCITELLI E TIMBÓ, 2010).

Esse princípio fortalece o controle da execução orçamentária, sendo que a especificação é uma regra que colabora para a transparência dos gastos públicos (MOTA, 2009).

Publicidade: é um princípio expresso no art. 37 da Constituição Federal e aplica-se aos atos da administração pública em geral (PISCITELLI E TIMBÓ, 2010).

Seu principal objetivo é oferecer as informações dos atos públicos na busca da transparência dos gastos públicos e também apresentar informações ao exercício de fiscalização das ações dos dirigentes e responsáveis pelo uso dos recursos dos contribuintes (PISCITELLI E TIMBÓ, 2010; MOTA, 2009).

Não Afetação da Receita: orienta que não se deve estabelecer vinculações definitivas entre receitas e despesas. A vinculação precisa estar subordinada a classificação das necessidades, pois tanto receitas quanto despesas estão sujeitas a mudanças constantemente (MOTA, 2009).

Piscitelli e Timbó (2010) citam que este princípio está expresso no inciso IV do art. 167 da Constituição Federal e mencionam que se correm riscos quando tem que se conviver simultaneamente com sobras e faltas de recursos.

Equilíbrio: estabelece que o total da despesa orçamentária não pode exceder o da receita orçamentária prevista para o exercício financeiro (MOTA, 2009).

Segundo Piscitelli e Timbó (2010, p. 36) “de um lado, pressupõe-se que o governo não absorva da coletividade mais que o necessário para o financiamento das atividades a seu cargo; de outro, condiciona-se a realização de dispêndios à capacidade efetiva de obtenção dos ingressos capazes de financiá-los”.

2.1.3 Ciclo Orçamentário

Segundo Mota (2009) o ciclo orçamentário começa antes do início do exercício financeiro, em vista do prazo que a Constituição Federal determina para envio do

projeto de lei orçamentária ao Legislativo e conclui após seu encerramento, uma vez que a avaliação poderá ser realizada apenas após a execução do orçamento.

Mota (2009) explica que o orçamento percorre distintas etapas podendo ser agrupadas as atividades relacionadas ao ciclo orçamentário da seguinte forma:

- elaboração do projeto de lei orçamentária: Mota (2009, p. 47) explica que:

“A primeira etapa do ciclo orçamentário, denominada de elaboração do projeto de lei orçamentária, inicia-se com a definição, a cargo de cada unidade gestora, da sua proposta parcial de orçamento, que deverá ser consolidada a nível de órgão ou ministério”.

Na preparação do projeto de lei orçamentária, serão obedecidas as orientações disciplinadas previamente pela lei de diretrizes orçamentárias e após sua elaboração será encaminhado ao Legislativo para apreciação e aprovação (MOTA, 2009).

- apreciação, votação, aprovação, sanção e publicação da lei orçamentária: sendo aprovado, o projeto será devolvido ao Executivo para sancioná-lo e enviado para publicação, lembrando que cabe ao Legislativo acompanhar e fiscalização a execução orçamentária (MOTA, 2009).

- execução da lei orçamentária: neste momento acontece a contabilização do orçamento aprovado, registrando a dotação orçamentária a cada unidade orçamentária específica.

Mota (2009, p. 48) elucida que:

“A partir daí, essas unidades orçamentárias passam efetivamente a executar os seus programas de trabalho, por meio de concretização de diversos atos e fatos administrativos, inerentes à execução de receita e da despesa orçamentária tais como emissão de empenhos, liquidação da despesa, emissão de ordens bancárias, arrecadação da receita etc”.

Depois da publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo dispõe de trinta dias para constituir a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, como meio de cumprir as metas estabelecidas (PISCITELLI E TIMBÓ, 2010.)

Castro (2013) destaca que a execução é a etapa em que os atos e fatos são exercidos na Administração Pública para implementação da ação governamental e na qual ocorre a ação de operacionalização objetiva e real de uma política pública.

- acompanhamento e avaliação da execução orçamentária: essas ações caracterizam o controle que segundo Castro (2013, p. 42) “é a verificação da execução

física e financeira das ações, visando preservar a probidade do gestor e a eficiência da gestão”.

Para Mota (2009), a acompanhamento da execução orçamentária deveria ser realizado sobre atos ainda não concretizados. Porém, se verifica que na maioria das vezes é realizado após o pagamento da despesa, o que atrapalha a identificação de possíveis falhas no processo de execução da despesa a tempo de corrigi-las antes de finalizada.

2.2 CONTROLE INTERNO

O processo de gestão numa organização pública é algo que necessita ser encarado de forma acentuada para alcançar os objetivos do Estado, que tem como principal meta atender de forma satisfatória às demandas da sociedade nos mais distintos campos. (SANTOS, 2013, p.2)

Desse modo, na Administração Pública, o controle interno tem papel fundamental para garantir a organização do funcionamento dos processos próprios à gestão como meio de evitar erros, fraudes e desperdícios. (SANTOS, 2013, p. 2)

2.2.1 Conceito

Segundo Castro (2011, p. 284-285), o controle interno representa a segurança para o gestor público, uma vez que este gestor é quem responde por seus atos e pelos que delega a terceiros. Sendo necessário estabelecer o controle interno em todos os níveis como meio de suporte aos atos decisórios. O autor elucida que o controle interno além de ser muito importante para os gestores também o é para os auditores internos, explicando que “não há como dissociar o controle interno da ação de administrar ou gerenciar”.

Em seu Manual Básico do Controle Interno do Município, o TCE/SP (2013, p.10) sintetiza que na Administração Pública, o controle será desempenhado por servidores da própria entidade auditada, segundo as normas, regulamentos e procedimentos por ela própria apontados, em conformidade com os preceitos gerais da Constituição e das leis que regem o setor público.

Segundo Olivieri (2009, p. 6), controle interno é:

O conjunto de atividades de auditoria e fiscalização da gestão pública que visa não apenas garantir a conformidade legal dos atos da administração pública, mas que tem também a finalidade de prover o gestor de um instrumento de monitoramento sobre a eficiência, economicidade e eficácia

das ações, com os objetivos de evitar perdas, melhorar a gestão pública e garantir a prestação pública de contas.

Castro (2011, p. 259) ressalta que “no Brasil, o foco do controle interno sempre foi mais negativo voltado para a correção, do que positivo ou administrativo em busca dos objetivos”. O controle se volta para o exame e a validação dos aspectos da legalidade e da formalidade.

Santos (2013, p. 6), resume que “o sistema de controle interno dá, ao administrador, a possibilidade de exercer, realmente, a função de ‘gestor dos negócios públicos’”.

2.2.2 Fundamentação Legal para o Controle Interno

Quanto ao controle interno na Administração Pública no Brasil, existem algumas legislações que tratam do assunto que são:

2.2.2.1 Lei nº 4.320/64

A Lei 4.320/64 em seus artigos 75 a 80, trouxe em sua redação a forma de controle a ser exercido pela Administração Pública ao tratar do assunto no título do controle da execução orçamentária. Na redação também se encontra descrito o controle exercido pelo Poder Executivo não trará prejuízo às atribuições do Tribunal de Contas, sendo que este controle será realizado previamente, concomitante ou subsequente. A prestação de contas instituída por lei anualmente, poderá ser realizada em qualquer tempo durante a execução orçamentária. Finalizando, compete a exata observância da execução do orçamento.

2.2.2.2 Constituição Federal de 1988

O controle interno deverá estar inserido no Sistema de Controle Interno, que tem suas atribuições apresentadas na Constituição através da redação do artigo 70 que sintetiza que a fiscalização das entidades da administração direta e indireta da União será exercida pelo Congresso Nacional mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

A Constituição Federal também atribui finalidades aos Sistemas de Controle Interno de cada um dos Poderes através da redação do artigo 74, citando que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário deverão manter de forma associada um sistema de controle interno a fim de avaliar o cumprimento das metas do plano

plurianual, avaliar os resultados quanto a eficiência e eficácia da gestão nos órgãos da administração federal como também a aplicação dos recursos públicos, exercer o controle das operações de crédito e apoiar o exercício do controle interno.

2.2.2.3 Lei Complementar nº 101/2000

A Lei Complementar nº 101/2000 de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), veio como exigência de modernização da administração pública e instituiu normas de finanças destinadas a responsabilidade na gestão fiscal. Essa lei estabeleceu que a ação do controle interno deva ser de forma mais enfática, ativa e organizada, tendo como consequência uma administração pública eficiente e transparente. (SANTOS, 2013, p. 8)

A participação do responsável pelo controle interno nos relatórios de gestão fiscal está expressa no artigo 54 que indica que o Relatório de Gestão Fiscal deverá ser assinado pelos chefes dos Poderes como também por responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno.

2.2.3 Objetivos

O objetivo do controle interno é funcionar, concomitantemente, como uma estrutura de subsídio para o administrador público e como instrumento de proteção e defesa do cidadão. O controle garante que os objetivos da organização pública serão obtidos e que as ações serão dirigidas de forma econômica, eficiente e eficaz. (CASTRO, 2011, p. 293)

Santos (2013, p. 8) sintetiza que os principais objetivos do controle interno são:

- Obtenção de informações precisas e adequadas para a formulação de diretrizes de ação administrativa;
- Comprovação da veracidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais;
- Proteção de ativos;
- Promoção da eficiência operacional;
- Estimulação da obediência e do respeito às políticas da Administração;
- Contribuição para eficácia do Controle Externo.

2.2.4 Princípios

Segundo Santos (2013, p. 9) e Castro (2011, p. 295), os princípios definem o alcance e o sentido das normas de um dado subsistema do ordenamento jurídico, demarcando a interpretação e a própria produção normativa. As estruturas, normas e processos administrativos que abrangem todo e qualquer ato dentro de um ente devem atender a princípios básicos. Os princípios partem da fixação de responsabilidades e segregação de funções. O pessoal que exercerá o controle interno deverá ser criteriosamente selecionado como também é importante que haja um rodízio de trabalhando permitindo que os servidores possam desenvolver novas tarefas. Sempre que possível, a inserção de um sistema de processamento eletrônico torna o registro das operações do controle interno eficiente como também evita erros e dificulta fraudes.

2.2.5 As funções do Controle Interno

Em seu manual, o TCE/SP (2013, p. 20-22) elenca as atribuições do Controle Interno sob a redação que segue:

- Avaliar o cumprimento das metas propostas nos três instrumentos que compõem o processo orçamentário: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).
- Comprovar a legalidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. De acordo com o art. 77 da Lei 4.320, essa verificação será prévia (*antes de o ato financeiro produzir efeitos*), concomitante (*ao longo da execução do ato financeiro*) e subsequente (*após a realização do ato financeiro em certo período de tempo*).
- Comprovar a eficácia e a eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.
- Comprovar a adequada aplicação dos recursos entregues a entidades do Terceiro Setor.
- Assinar o Relatório de Gestão Fiscal em conjunto com o Prefeito ou o Presidente da Câmara Municipal e, também, com o responsável pela administração financeira.
- Atentar se as metas de superávit orçamentário, primário e nominal devem ser mesmo cumpridas.
- Observar se as operações de créditos sujeitam-se aos limites e condições das Resoluções 40 e 43/2001, do Senado.

- Verificar se os empréstimos e financiamentos vêm sendo pagos tal qual previsto nos respectivos contratos.
- Analisar se as despesas dos oito últimos meses do mandato têm cobertura financeira, o que evita, relativamente a esse período, transferência de descobertos Restos a Pagar para o próximo gestor político.
- Verificar se está sendo providenciada a recondução da despesa de pessoal e da dívida consolidada a seus limites fiscais.
- Comprovar se os recursos da alienação de ativos estão sendo despendidos em gastos de capital e, não, em despesas correntes; isso, a menos que lei municipal permita destinação para o regime próprio de aposentadorias e pensões dos servidores.
- Constatar se está sendo satisfeito o limite para gastos totais das Câmaras Municipais.
- Verificar a fidelidade funcional dos responsáveis por bens e valores públicos.

2.3 ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.3.1 Histórico

Conforme cita Barbieri (2011, p. 30), “a filantropia já era uma instituição do direito romano, e a ela recorreu a Igreja Católica. Um exemplo de filantropia são as Santas Casas de Misericórdia”.

As práticas de proteção social não são recentes no Brasil. Mas essas ações, e mesmo os programas voltados para a proteção, tem sua origem histórica fundamentada na caridade, filantropia e na solidariedade religiosa (GARCIA, 2012, p. 6).

Como um marco do histórico da assistência social, aparece a Legião Brasileira de Assistência (LBA), instituição criada em 1942 que inseriu a assistência social no âmbito governamental, deixando-a a cargo diretamente das primeiras-damas. Com mais de 50 anos de existência, produziu um campo de práticas e de trabalho profissional, originou conhecimentos, firmou parcerias com entidades filantrópicas e se fez presente nos âmbitos municipal, estadual e federal. Todo o seu acervo de informações e de práticas sociais foi extinto em 1995. Foi dentro da LBA que apareceram os primeiros e principais debates que levaram os constituintes a perceber que a assistência social necessitava ser incluída e executada como um direito (GARCIA, 2012, p.5).

Com a Constituição Federal de 1988, consagrou-se a concepção de Seguridade Social como Política Pública de Proteção Social, composta pelo tripé Saúde, Previdência e Assistência Social (MDS, 2008).

No marco constitucional, a Assistência Social, integrante da Seguridade Social, é concebida como política pública, não contributiva, de direção universal, de responsabilidade estatal, como direito de cidadania, com potencialidade de ampliar os direitos sociais dos cidadãos, de acordo com suas necessidades, a partir da condição inerente de ser de direitos. Essa mudança de paradigma rompe com a história concepção filantropia, benemerência e caridade, onde a assistência social é concebida como uma ajuda ou favor, ocasional e emergencial. (MDS, 2008, p. 39)

A Constituição Federal de 1988, ao desencadear o procedimento de descentralização entre as esferas do governo, tornou os municípios autônomos e independentes no plano político-institucional, não se restringindo só ao reordenamento estatal, mas apreciando o poder local e a participação popular como embasamentos do exercício democrático, recuperada após as décadas de autoritarismo (MDS, 2008, p. 39).

Em 1993 acontece outro marco na história da Assistência Social no Brasil, com a promulgação da Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993. A Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS “afirma os novos paradigmas da Política de Assistência Social: garantia de cidadania, proteção social, caráter não contributivo, necessária integração entre o econômico e o social.” (MDS, 2008, p. 39).

A lei também constitui “um novo desenho institucional e o controle social: comando único, descentralização, planos e fundos de assistência social e a criação de conselhos de gestão e controle social em todas as esferas de poder.” (MDS, 2008, p. 40).

No período entre 1994 e 2003, amplia-se o processo nacional de constituição do sistema descentralizado e participativo, com implantação dos conselhos paritários e deliberativos, fundos e planos nos três níveis de governo. São realizadas as conferências nacionais, estaduais e municipais, sendo que na IV Conferência Nacional de Assistência Social realizada em 2003, decidiu-se pela implantação do Sistema Único de Assistência Social-SUAS no sentido de concretizar o sistema descentralizado e participativo da assistência social (MDS, 2008, p. 40-41).

Também nesse período são marcos a 1ª Política Nacional de Assistência Social (1998) as Normas Operacionais Básicas, NOB 1 (1998) e NOB (1999) que reafirmaram os princípios e diretrizes da LOAS (MDS, 2008, p. 41).

Em janeiro de 2004 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para o qual foram transferidas as competências do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), do Ministério da Assistência Social (MAS) e da Secretaria Executiva do Programa Bolsa Família. Em setembro de 2004 é aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), que aprovou como diretrizes, ações e pressupostos as deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social, definindo importantes alterações na compreensão, processos e gestão dessa política de seguridade em âmbito nacional (JUNIOR e LIMA, 2007, p. 63).

O que se pretende claramente com tal deliberação é a implantação de políticas articuladas de informação, monitoramento e avaliação que realmente promovam novos patamares de desenvolvimento da política de assistência social no Brasil, das ações realizadas e da utilização dos recursos, favorecendo a participação, o controle social e uma gestão otimizada da política. Desenhados de forma a fortalecer a democratização da informação, na amplitude de circunstâncias que perfazem a política de assistência social, estas políticas e as ações resultantes deverão pautar-se principalmente na criação de sistemas de informação, que serão base estruturante e produto do Sistema Único de Assistência Social, e na integração das bases de dados de interesse para o campo socioassistencial, com definição de indicadores específicos de política pública. (PNAS, 2004, p.49)

A Norma Operacional Básica reguladora do Sistema Único da Assistência Social (NOB-SUAS/05) foi aprovada no ano de 2005. Apresenta novas diretrizes, regras, fluxos e procedimentos à implementação da assistência social no país, e assinala para uma imprescindível adaptação nos seus arranjos institucionais e sistemas de gestão, com acentuados desafios e condições a sua concretização como política pública de garantia de direitos de cidadania (MDS, 2008, p. 13).

Em síntese, “a NOB/SUAS é responsável por avanços significativos, como a implantação dos pisos de proteção no financiamento da assistência social e o respeito à diversidade nacional.” (GARCIA, 2012, p. 11).

Na tabela 1, estão descritos os marcos mais importantes da Assistência Social no Brasil.

Tabela 1 - Marcos mais importantes da Assistência Social no Brasil

1988	A nova Constituição Federal define o grande marco regulatório da Política de Assistência Social (PAS). A assistência social é política pública de seguridade social, não contributiva e direito do cidadão.
1993	Promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que regulamenta os artigos da Constituição que tratam da questão.
1995	É implantado o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), substituindo o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS). É realizada a I Conferência Nacional de Assistência Social, precedida de conferências municipais, regionais e estaduais.
1996	Experimenta-se o processo de estadualização dos repasses dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social como etapa de transição para sua municipalização. São implantados o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), já na lógica da descentralização e da articulação federada.
1997	Início do processo de municipalização das ações e dos recursos da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Aprovação, no CNAS, da primeira Política Nacional de Assistência Social. Também é realizada a II Conferência Nacional de Assistência Social, precedida de conferências municipais, regionais e estaduais.
1998	Aprovação, no CNAS, da Norma Operacional Básica, conhecida como NOB 1. Aprovação da segunda Política Nacional de Assistência Social pelo CNAS.
1999	Publicação da Norma Operacional Básica, conhecida como NOB 2, no CNAS; são instaladas as Comissões Intergestores Tripartite (nacional) e Bipartites (estaduais). Inicia-se a implantação dos núcleos de apoio à família, que, em 2004, serão definidos como Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).
2001	III Conferência Nacional de Assistência Social, precedida de conferências municipais, regionais e estaduais. Início do processo do Cadastro Único dos Programas Sociais (CadÚnico).

2003	É aprovado, na IV Conferência Nacional de Assistência Social, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
2004	É aprovada pelo CNAS a segunda Política Nacional de Assistência Social, instituindo o SUAS.
2005	<p>A Norma Operacional Básica é pactuada na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e aprovada no CNAS após consulta pública e ampla discussão por todo o país.</p> <p>O CNAS organiza amplo debate nacional sobre o Artigo 3º- da LOAS, buscando a definição real para as entidades de assistência social.</p> <p>As Comissões Intergestores Bipartites (CIB) habilitam os municípios aos novos modelos de gestão (inicial, básica e plena); é aprovado o Plano Decenal – SUAS e também os critérios e metas nacionais para o Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual.</p> <p>Ocorre a V Conferência Nacional de Assistência Social, precedida de conferências municipais, regionais e estaduais. Nessa conferência é definida a fotografia da assistência social e é aprovado o Plano Decenal da Assistência Social no Brasil.</p>
2006	São aprovados a Norma Operacional de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social, NOB-RH, e os critérios e as metas nacionais para o Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual.
2007	<p>Os Estados assinam com o governo federal os Pactos de Aprimoramento da Gestão Estadual da Assistência Social.</p> <p>Ocorre a VI Conferência Nacional de Assistência Social, precedida de conferências municipais, regionais e estaduais.</p>
2008	O PL CEBAS e o PL SUAS são encaminhados ao Congresso Nacional. Até aqui o SUAS ainda não é lei.
2009	<p>É publicada a Resolução nº- 109 (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais) após amplo debate e pactuação na CIT e aprovação no CNAS.</p> <p>É realizada a VII Conferência Nacional de Assistência Social, precedida de conferências municipais, regionais e estaduais.</p>
2010	O PL CEBAS é aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente Lula.
2011	É lançado o Programa Brasil Sem Miséria com a coordenação geral do MDS.

O PL SUAS é aprovado pelo Congresso e sancionado pela presidenta Dilma. O SUAS se torna lei.

Fonte: Garcia, 2012, p. 13-14

Os marcos elencados na tabela mostram que a efetivação da Assistência Social se dá a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, se desenvolvendo ao longo dos anos através das Conferências Nacionais e das Normas Operacionais Básicas.

2.3.2 Níveis de Gestão no SUAS

O Sistema Único de Assistência Social determinou três níveis de gestão para os municípios: inicial, básica e plena e responsabilidades para as três esferas governamentais para viabilizar a gestão articulada. Com isso, torna-se possível incentivos e maior acesso ao financiamento público da assistência social (MDS, 2008, p. 28).

Na tabela 2 encontra-se um resumo dos requisitos para cada nível de gestão.

Tabela 2 - Requisitos para cada nível de gestão

Requisitos para cada nível de gestão	
Inicial	-Ter conselho, fundo e plano; -Recursos financeiros no fundo.
Básica	-Ter conselho, fundo e plano; -Recursos financeiros no fundo; -Ter CRAS - em número e capacidade de acordo com o porte; -Plano de inserção e acompanhamento de beneficiários do BPC; -Unidade de recepção para BPC e benefícios eventuais; -Prioridade de acesso aos beneficiários do PBF; -Diagnóstico de áreas de risco e maior vulnerabilidade social; -Manter secretaria executiva no conselho; -Ter conselhos funcionando (CMAS/CMDCA/Conselho Tutelar).
Plena	-Ter conselho, fundo e plano; -Recursos financeiros no fundo; -Ter CRAS - em número e capacidade de acordo com o porte; -Plano de inserção e acompanhamento de beneficiários do BPC; -Unidade de recepção para BPC e benefícios eventuais;

	<ul style="list-style-type: none"> -Prioridade de acesso aos beneficiários do PBF; -Diagnóstico de áreas de risco e maior vulnerabilidade social; -Manter secretaria executiva no conselho; -Ter conselhos funcionando (CMAS/CMDCA/Conselho Tutelar); -Ter sistema municipal de monitoramento e avaliação por nível de proteção social; -Declarar a capacidade instalada de alta complexidade; -Cumprir pacto de resultados; -Ter gestor do fundo nominado e lotado no órgão gestor de assistência social; -Política de recursos humanos com carreira para servidores públicos.
--	--

Fonte: Adaptado de MDS, 2008, p.28

De acordo com a tabela acima, o município adquire maiores responsabilidades dependendo do nível de gestão que se encontra inserido, sendo que é em cada município que as proteções sociais básica e especial se solidificam através de serviços e ações socioassistenciais (MDS, 2008, p. 30).

Na Tabela 3, visualizam-se de forma comparativa as responsabilidades dos três níveis de gestão.

Tabela 3 - Responsabilidades dos três níveis de gestão

INICIAL	BÁSICA	PLENA
<ul style="list-style-type: none"> -Municar com dados a rede SUAS; -Inserir as famílias mais vulneráveis no cadastro único (Lei 10836/04); -Preencher plano de ação no SUAS-Web; -Apresentar o relatório de gestão. 	<ul style="list-style-type: none"> -Municar com dados a rede SUAS; -Inserir as famílias mais vulneráveis no cadastro único (Lei 10836/04); -Preencher plano de ação no SUAS-Web; -Apresentar o relatório de gestão; -Participar da gestão do BPC; -Participar de ações (locais, regionais, 	<ul style="list-style-type: none"> -Municar com dados a rede SUAS; -Inserir as famílias mais vulneráveis no cadastro único (Lei 10836/04); -Preencher plano de ação no SUAS-Web; -Apresentar o relatório de gestão; -Participar da gestão do BPC; -Participar de ações (locais, regionais,

	estaduais) para atenção às demandas de média e alta complexidade; -Supervisionar rede própria e a conveniada; -Criar o vínculo SUAS com as entidades.	estaduais) para atenção às demandas de média e alta complexidade; -Supervisionar rede própria e a conveniada; -Criar o vínculo SUAS com as entidades; -Projetos e programas de inclusão produtiva; -Programa ampliado de CREAS; -Vínculo SUAS com entidades parceiras; -Avaliação de resultados.
--	---	--

Fonte: Adaptado de MDS, 2008, p.30

Partindo do que foi exposto na Tabela 3, é possível observar que as responsabilidades por níveis de gestão evidenciam o papel central dos municípios na implementação do SUAS.

2.3.3 Sistema Público de Proteção Social

O SUAS é um exemplo de gestão para todo território nacional, que articula a ação dos três entes governamentais por meio do estabelecimento de novos acordos federativos para a política de assistência social e para a sua articulação com as demais políticas sociais no campo da proteção social brasileira (MDS, 2008, p. 42).

A proteção social no âmbito da assistência social tem por meta o desenvolvimento humano e social e os direitos de cidadania, e seus serviços, programas, projetos e benefícios precisam ser articulados com as demais políticas sociais para efetivamente se estabelecer um sistema público (MDS, 2008, p. 45).

Com a promulgação da NOB-SUAS, definem-se elementos fundamentais para a nova formulação da política de assistência social, dos quais se destaca a atenção diferenciada segundo os níveis de proteção social básica e especial, objetivando o atendimento de necessidades sociais, rompendo com o paradigma de atenção aos necessitados. Também tem destaque o trabalho com famílias como princípio da política de assistência social. (MDS, 2008, p. 43).

Torna-se importante também com a promulgação da NOB-SUAS, o cofinanciamento das três esferas de governo regulado em pisos de proteção básica e especial por meio de repasses fundo a fundo e a criação de apoios reais para a constituição de uma política nacional de recursos humanos, de capacitação e planos de gestão de médio e longos prazos (como por exemplo, o Plano Nacional Decenal de Assistência Social) (MDS, 2008, p. 43).

O SUAS como um novo ordenamento da política de assistência social configurou a Proteção Social em duas modalidades – Básica e Especial – segundo a natureza e a complexidade abrangidas, partindo do pressuposto de que as necessidades sociais são distintas e complexas, determinando respostas públicas individualizadas (MDS, 2008, p. 47).

“A Proteção Social Básica engloba as ações preventivas, de convivência, socialização, inserção e acolhida, voltadas prioritariamente para as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social”. Visa promover o fortalecimento dos vínculos familiares, sendo que nesta modalidade estão incluídos os serviços, programas e projetos, locais de acolhimento, os benefícios de prestação continuada e outras formas de transferência de renda. A realização dessas atenções é desenvolvida nos Centros de Referência de Assistência Social-CRAS (MDS, 2008, p. 47).

“A Proteção Social Especial refere-se a programas e serviços mais especializados, dirigidos às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social”. Há duas modalidades de proteção social especial, a média complexidade e alta complexidade (MDS, 2008, p. 47).

A Proteção Especial de Média Complexidade visa a oferta de serviços a indivíduos e famílias cujos vínculos familiar e comunitário mesmo que fragilizados, não foram rompidos. Os serviços de atendimento a indivíduos, grupos e famílias são realizados nos Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS (MDS, 2008, p. 48.)

“A Proteção Especial de Alta Complexidade prevê assistência integral (moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido) a famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou sob ameaça, necessitando a sua retirada do núcleo familiar ou comunitário.” (PNAS, 2004, p.32).

Para fins de aprimoramento do SUAS é indispensável a gestão participativa que está relacionada com a inclusão social, a desconcentração de poder e a

participação da sociedade, tornando-se possível a mobilização de atores sociais que possam participar do desenvolvimento econômico e social em seu território, repercutindo em sua autonomia e busca de cidadania (ALBUQUERQUE E CRUS, 2008, p. 20).

3 METODOLOGIA

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresenta-se desenvolvido sob a forma de monografia que, para Marconi e Lakatos (2010, p. 219) é um estudo sobre um tema exclusivo ou particular, com satisfatório valor representativo e que obedece a rigorosa metodologia, pesquisando sobre determinado assunto.

Segundo Prodanov e Freitas (2013, p.170), “é o trabalho visando a cumprir um requisito acadêmico e de caráter de iniciação científica”. Sintetizando, os autores citam que o trabalho deve ser restrito, estruturado e desenvolvido em volta de um único tema ou problema, ser decorrência de uma pesquisa e orientado por um professor do curso.

Dentro deste contexto, este trabalho caracteriza-se como pesquisa uma vez que o trabalho foi elaborado para responder a uma indagação direcionada ao desenvolvimento do controle interno dentro de uma secretaria municipal.

A pesquisa é descrita por Marconi e Lakatos (2010, p. 139) como “um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. Para Barros e Lehfeld (2010, p. 81), a pesquisa estabelece um ato de questionamento, indagação e aprofundamento, tendo como consequência a tentativa de esclarecer determinados objetos. É a procura de uma resposta expressiva a uma dúvida ou problema. Já para Prodanov e Freitas (2013, p. 44) “é, portanto, um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema, as quais têm por base procedimentos racionais e sistemáticos. A pesquisa é realizada quando temos um problema e não temos informações para solucioná-lo”.

Do ponto de vista de seus objetivos esta pesquisa caracteriza-se como descritiva e explicativa. Por meio dos documentos acessados e do questionário elaborado, busca-se demonstrar a existência do controle interno na Secretaria de Assistência Social do município de Laranjal Paulista. Através da pesquisa explicativa, explana-se a análise dos dados obtidos por meio das respostas ao questionário proposto. A pesquisa descritiva segundo Cervo, Bervian e Silva, (2007, p.61) busca descobrir com a maior exatidão possível, a constância com que um fenômeno acontece, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características. Barros e Lehfeld (2010, p. 84) citam que “neste tipo de pesquisa, não há interferência do pesquisador, isto é, ele descreve o objeto de pesquisa”. A pesquisa explicativa é

utilizada “quando o pesquisador procura explicar os porquês das coisas e suas causas, por meio do registro, da análise, da classificação e da interpretação dos fenômenos observados”. Tende a identificar os fatores que motivam ou colaboram para a ocorrência dos fenômenos. (Prodanov e Freitas, 2013, p. 53)

A classificação quanto aos procedimentos a serem utilizados de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p.54) “refere-se ao planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, que envolve tanto a diagramação quanto a previsão de análise e interpretação de coleta de dados”. Segundo o conceito, esta pesquisa pode ser classificada como pesquisa bibliográfica e estudo de caso. A pesquisa bibliográfica se dá através do uso de materiais já elaborados por diversos autores mencionados na explicação dos temas contidos no referencial teórico como também em citações ao longo da definição da metodologia.

A pesquisa bibliográfica busca esclarecer um problema a partir de referências teóricas publicadas em livros, artigos, dissertações e teses. Através dela, procura-se conhecer e avaliar as contribuições culturais e científicas do passado sobre determinado tema. (Cervo, Bervian e Silva, 2007, p. 60)

Segundo Barros e Lehfeld (2010, p. 85) para conseguir realizar uma pesquisa bibliográfica, “é fundamental que o pesquisador faça um levantamento dos temas e tipos de abordagem já trabalhados por outros estudiosos, assimilando os conceitos e explorando os aspectos já publicados”.

Para Prodanov e Freitas (2013 apud Gil 2010, p. 37), o estudo de caso “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou mais objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. Segundo Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 62) “é a pesquisa sobre determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade que seja representativo de seu universo, para examinar aspectos variados de sua vida”. Apresenta-se o estudo de caso da Secretaria de Assistência Social do município de Laranjal Paulista, local pesquisado para elucidar qual o grau de existência do controle interno no órgão.

Quanto à abordagem do problema esta pesquisa classifica-se como qualitativa e quantitativa. Na pesquisa qualitativa estudaram-se as características municípios onde há implantado o controle interno. Através do questionário elaborado e respondido pelos funcionários da Secretaria, torna-se possível quantificar as respostas e apresentá-las por meio de gráficos. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 70), “a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no

processo de pesquisa qualitativa”. Os autores sintetizam que as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem nenhuma manipulação proposital do pesquisador. A pesquisa quantitativa “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las”. Procura a relação causa-efeito entre os fatos e também pela facilidade de poder apresentar a complexidade de determinada hipótese ou de um problema, avaliar a interação de certas variáveis, compreender e qualificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais. (Prodanov e Freitas, 2013, p. 69 e 70)

A partir do exposto, para conseguir alcançar os objetivos propostos, será efetuada uma pesquisa descritiva e explicativa através da utilização da pesquisa bibliográfica, do estudo de caso e da pesquisa qualitativa e quantitativa.

4 ESTUDO DE CASO

O estudo apresentado parte de pesquisa documental e através das respostas a um questionário elaborado para abordar o tema controle interno dentro da Secretaria de Assistência Social de Laranjal Paulista, as quais são apresentadas através de análise percentual e representadas em forma de gráficos. Também foi pesquisado o histórico dos três municípios citados e a estrutura do controle interno de dois municípios maiores em população e com diferentes características a fim de demonstrar a importância do controle interno para os municípios.

4.1 BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA

Em fins do século XVII, às margens do ribeirão Laranjal, assim batizado pela grande quantidade de laranja azeda na região, foi formado um pouso de tropeiros de muares. Anos mais tarde, o pouso do Ribeirão do Laranjal, tornou-se ponto obrigatório de estada e reunião dos comerciantes, quase sempre empregado o sistema de trocas. Isso constituiu um atrativo para a fixação de residentes, sendo a primeira casa construída em 1884 (LARANJAL PAULISTA, 2014).

Em 1885 foi construída a primeira escola primária e, no ano seguinte, inaugurada a estação da Estrada de ferro Sorocabana, atual FEPASA. O Distrito de paz foi criado em 1896. Distrito criado com a denominação de Laranjal, por Lei Estadual 460, de 30 de novembro de 1896. Elevado à categoria de município com a denominação de Laranjal, por Lei Estadual 1555, de 08 de outubro de 1917. Laranjal para Laranjal Paulista, teve sua denominação alterada por força do Decreto-Lei Estadual 14.334, de 30 de dezembro de 1944 (LARANJAL PAULISTA, 2014).

Com uma área de 384,021 km², o município possui 25.251 habitantes segundo o censo IBGE 2010 (IBGE, 2014).

A policultura (café/algodão/feijão/milho/girassol) já foi a base econômica do município. Em 1990 cedeu lugar à pecuária. Atualmente, na agricultura, destaque para a plantação de cana-de-açúcar, que pode ser caracterizada como monocultura, pois na região há grande demanda pelo produto devido às usinas existentes na região. A avicultura também se enquadra como fonte de geração de renda assim como a produção cerâmica, telhas e tijolos principalmente.

A indústria de fabricação de brinquedos é expressivo pólo nos cenários nacional e internacional. Suas atividades se dão em determinados meses, voltada

geralmente para datas comemorativas no decorrer do ano (LARANJAL PAULISTA, 2014).

4.2 OBTENÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O questionário utilizado como instrumento de pesquisa para a coleta de dados foi aplicado aos funcionários que trabalham na Secretaria de Assistência Social do município de Laranjal Paulista. Para a elaboração deste questionário foram formuladas 10 (dez) perguntas com intuito de conhecer o grau de entendimento desses funcionários sobre conceito de controle interno e se existe implantado minimamente o controle interno na Secretaria de Assistência Social.

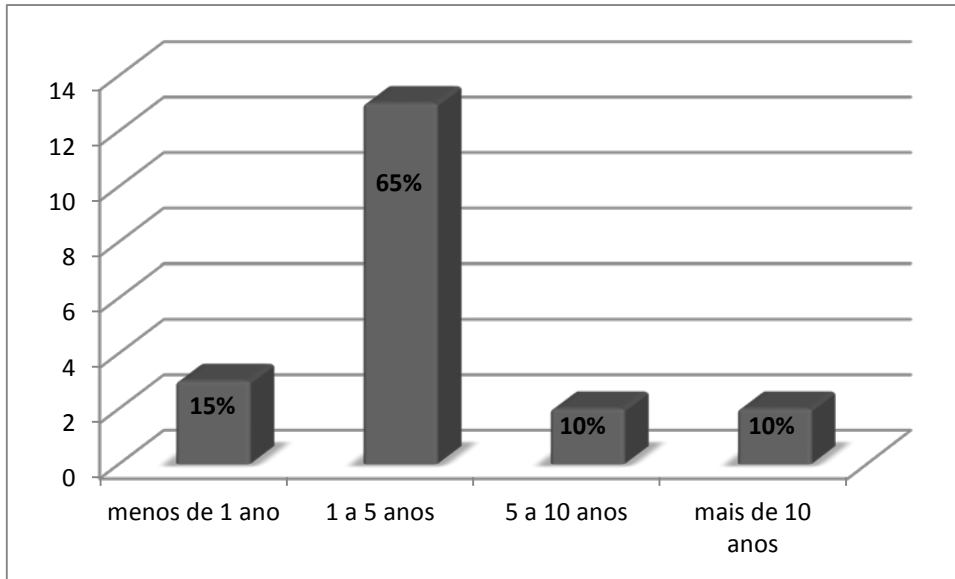
O questionário foi enviado a vinte funcionários que trabalham no órgão gestor e nos dois CRAS-Centro de Referência de Assistência Social que fazem parte da Secretaria de Assistência Social. O questionário impresso foi enviado juntamente com uma apresentação em forma de ofício na qual se ressalta a importância do estudo, da colaboração e do sigilo das informações prestadas, sendo que se obtiveram respostas para todos os questionários enviados.

Após a obtenção das respostas fornecidas, procedeu-se a organização das mesmas de modo a possibilitar a análise sobre o controle interno na Secretaria de Assistência Social.

4.2.1 Quanto à caracterização do respondente

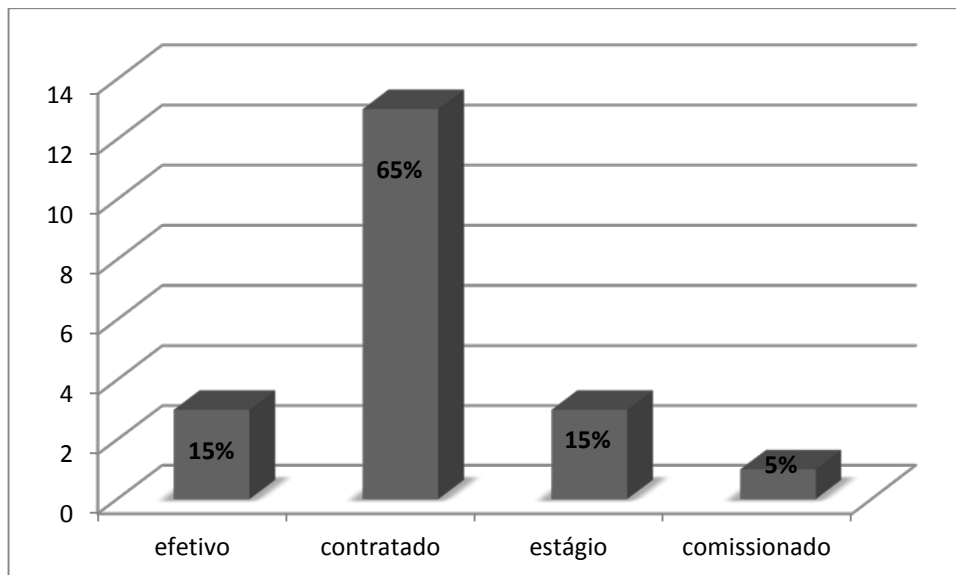
Quanto à caracterização do respondente, nota-se que a maioria dos respondentes atuam na Secretaria de Assistência Social entre 1 a 5 anos, o que representa 65%. Tem-se a distribuição entre outros períodos de atuação dentro da Secretaria, como demonstra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Tempo de Trabalho na Secretaria de Assistência Social



Quanto ao questionamento sobre que tipo de cargo ocupa, tem-se como maioria funcionários que ocupam cargos sob forma de contrato representando 65% dos respondentes. Os dados chamam atenção, pois somente 15% dos respondentes ocupam cargo efetivo, sendo que atuam na Secretaria de Assistência Social estagiários e um funcionário efetivo que representa 5% como demonstrado abaixo no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Tipo de Cargo Ocupado na Secretaria de Assistência Social



4.2.2 Quanto ao Controle Interno

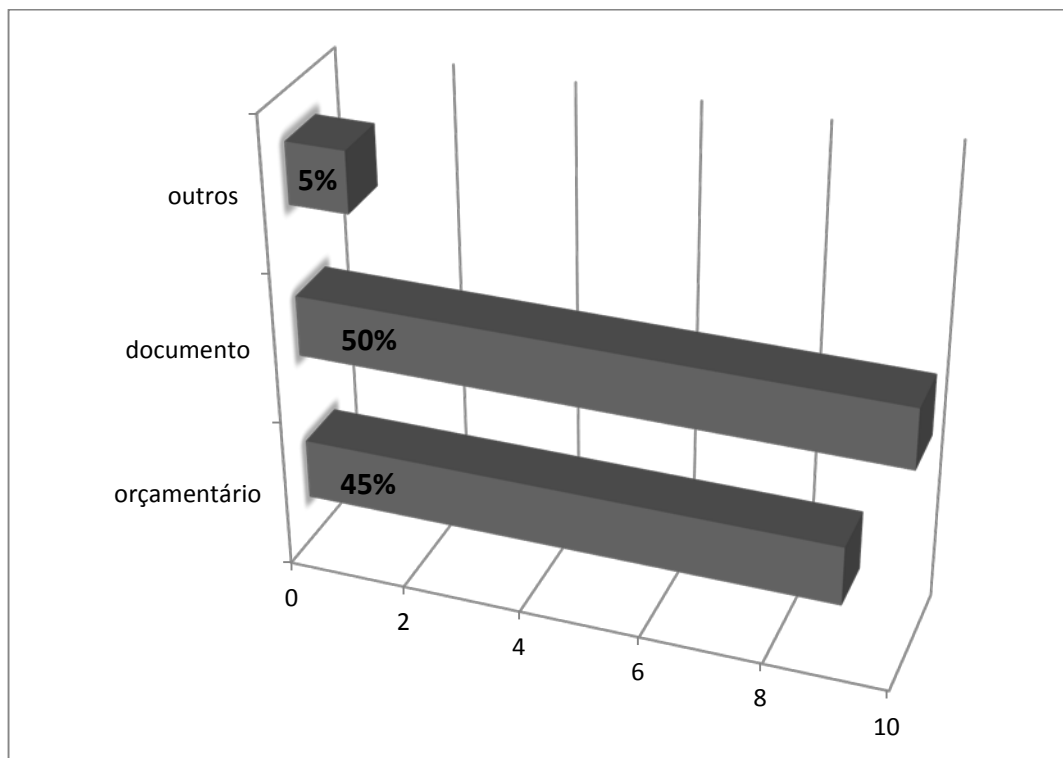
Quanto ao conceito de controle interno, pra dois dos vinte respondentes é referente ao controle efetuado por órgão externo à Administração Pública, sendo que

a grande maioria tem o entendimento de que é o controle realizado pelo próprio órgão executor no âmbito de sua própria administração. Para todos os respondentes é importante a existência de controle interno dentro de uma Secretaria de Assistência Social, porém quanto ao entendimento ao que corresponde o controle interno, dois dos vinte respondentes responderam que é referente ao controle efetuado por órgão externo à Administração Pública, o que demonstra que mesmo todos interpretando que é necessário haver controle interno dentro da Secretaria de Assistência Social, não é a maioria que detém o conhecimento do que seja o conceito de controle interno.

Ao questionamento referente se existem atividades de controle interno realizadas na Secretaria de Assistência Social, 70% responderam haver e 30% responderam que não há.

Todos os respondentes apontaram que existe algum tipo de controle sendo realizado dentro da Secretaria de Assistência Social. Dentre estes controles aparece o orçamentário com 45%, o de documentos com 50% e outros com 5%, sendo que o controle de almoxarifado não foi citado. Os dados encontram-se demonstrados no Gráfico 3.

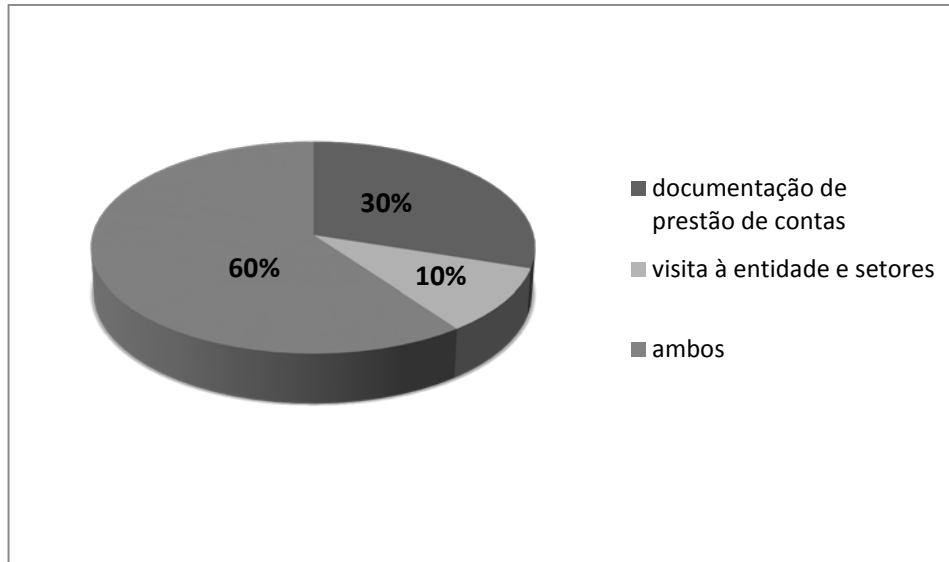
Gráfico 3 – Tipo de Controle Realizado na Secretaria de Assistência Social



Para todos os respondentes há um acompanhamento dos convênios firmados referentes a repasses estaduais e federais. Para 30% dos respondentes ocorre

através de documentação de prestação de contas, para 10% ocorre através de visitas periódicas às entidades e setores da Secretaria de Assistência Social que recebem os repasses, já 60% dos respondentes apontam de que é realizado de ambas as formas, conforme mostra o Gráfico 4.

Gráfico 4 – Formas de Acompanhamento de Convênios

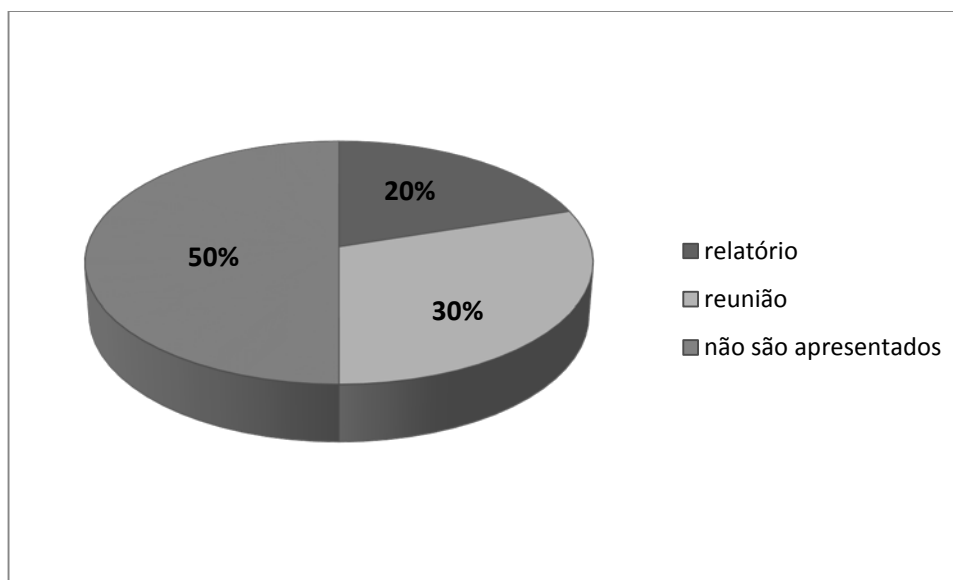


Às respostas de que existe algum tipo de controle sendo realizado dentro da Secretaria de Assistência relaciona-se a observação de todos os respondentes afirmarem de que ocorre acompanhamento dos convênios firmados referentes a repasses dos governos Estadual e Federal, porém há divergência quanto a forma que ocorre o acompanhamento, conforme demonstrado no gráfico acima e que a fiscalização por meio de ambas as formas significaria maior controle sobre os valores recebidos e como os mesmos estão sendo aplicados.

Referente à questão sobre o conhecimento de algum tipo de normatização de atividades relacionadas ao controle interno no município, 50% afirmam que conhecem e os outros 50% responderam que não.

Para finalização do questionário foi perguntado de que forma são apresentados os controles da Secretaria de Assistência Social, sendo que 20% entendem que são apresentados através de relatórios; para 30% se dá através de reuniões com apresentação de documentos, para a maioria de 60% não são apresentados e a forma de apresentação através da internet não foi citada. Os dados são demonstrados através do Gráfico 5.

Gráfico 5 – Formas de apresentação do controle interno



4.3 FORMA DE ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO EM OUTROS MUNICÍPIOS

4.3.1 Campinas/SP

Campinas surgiu na primeira metade do século XVIII como um bairro rural da Vila de Jundiá. Teve início com a instalação de um pouso de tropeiros que se localizava nas proximidades de trilha que seguia em direção às descobertas minas dos Goias. Nessa mesma época houve a chegada de fazendeiros que buscavam terras para cultivo de cana-de-açúcar. O bairro rural do Mato Grosso foi transformado em Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso (1774); depois, em Vila de São Carlos (1797), e em Cidade de Campinas (1842); período no qual as plantações de café já ultrapassavam as lavouras de cana. Os cafezais que nasceram do interior das fazendas de cana estimularam em pouco tempo um novo período de desenvolvimento da cidade (CAMPINAS, 2014).

A partir da década de 1930, com a crise da economia cafeeira, a cidade "agrária" de Campinas adquiriu uma fisionomia mais industrial e de serviços, composto de fábricas, agro-indústrias e estabelecimentos diversos. Entre as décadas de 1930 e 1940, a cidade de Campinas vivenciou um novo momento histórico, caracterizado pela migração e pela propagação de bairros nos arredores das fábricas, dos estabelecimentos e das grandes rodovias em implantação - Via Anhanguera, (1948), Rodovia Bandeirantes (1979) e Rodovia Santos Dumont, (década de 1980) (CAMPINAS, 2014).

Atualmente ocupa uma área de 801 km² e conta com uma população aproximada em 1 milhão de habitantes, distribuída por quatro distritos (Joaquim Egídio, Sousas, Barão Geraldo, e Nova Aparecida) e muitos bairros (CAMPINAS, 2014).

4.3.1.1 Controle Interno no município de Campinas

A Prefeitura Municipal de Campinas em 07 de outubro de 2013 criou um Grupo de Trabalho, que funciona com a coordenação da Secretaria Municipal de Gestão e Controle objetivando começar a estruturação gradativa do Sistema de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Campinas, com isso obtendo a ampliação do controle da administração sobre seus atos atribuindo maior legalidade e eficiência e trazendo ganhos ao desempenho da máquina pública (CAMPINAS, 2014).

No grupo de trabalho, tem-se a participação de representantes de secretarias com papéis relevantes a este procedimento em função de suas atribuições e conhecimentos acumulados, conforme demonstra a Tabela 4 (CAMPINAS, 2014).

Tabela 4 - Secretaria Integrantes–Grupo de Trabalho do município de Campinas

Secretarias	Justificativa
Secretaria Municipal de Gestão e Controle	Coordenar os trabalhos
Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos	Apoiar o órgão de controle externo
Secretaria Municipal de Finanças	Executar registros contábeis
Secretaria Municipal de Educação	É destinatária de grande quantidade de recursos orçamentários e repasses ao terceiro setor e por ser uma secretaria classificada como de maior exposição ao risco segundo mapeamento.
Secretaria Municipal de Saúde	É destinatária de grande quantidade de recursos orçamentários e repasses ao terceiro setor e por ser uma secretaria classificada como de maior exposição ao risco segundo mapeamento.

Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social	É destinatária de grande quantidade de repasses ao terceiro setor
Secretaria Municipal de Infraestrutura	Por ser uma secretaria classificada como de maior exposição ao risco segundo mapeamento.

Fonte: Controle Interno: composição do grupo de trabalho (CAMPINAS, 2014).

O grupo de trabalho com os integrantes elencados acima, se reuniu em reuniões para discussão sobre conceitos de controle interno como também da elaboração da minuta de projeto de lei para instalação do Sistema de Controle Interno da Administração Direta e Indireta do Município de Campinas.

Além da implantação do Sistema de Controle Interno, a Secretaria Municipal de Gestão e Controle possui o Departamento de Auditoria responsável por realizar auditorias nos contratos, convênios e demais ajustes, os quais são divulgados no site da prefeitura municipal (CAMPINAS, 2014).

4.3.2 Londrina/PR

A partir de 1922, o governo estadual paranaense inicia a concessão de terras a empresas privadas de colonização. Em 1924, começa a história da Companhia de Terras Norte do Paraná, subsidiária da firma inglesa Paraná Plantations Ltd., que deu grande impulso ao processo desenvolvimentista na região norte e naquele ano chega a Missão Montagu (LONDRINA, 2014).

O empreendimento fracassou obrigando a uma modificação nos planos. Foi criada, em Londres, a Paraná Plantations e sua subsidiária brasileira, a Companhia de Terras Norte do Paraná, que transformaria as propriedades do empreendimento fracassado em projetos imobiliários (LONDRINA, 2014).

Londrina surgiu em 1929, como primeiro posto avançado deste projeto inglês, uma vez que neste o ano chegou a primeira expedição da Companhia de Terras Norte do Paraná ao local. O nome da cidade foi uma homenagem prestada a Londres – “pequena Londres”. A criação do Município ocorreu cinco anos mais tarde. Sua instalação foi em 10 de dezembro do mesmo ano, data em que se comemora o aniversário da cidade (LONDRINA, 2014).

Ao longo das décadas, Londrina desenvolve-se por meio da produção agrícola voltada ao mercado externo, contando também com o aumento populacional durante o período (LONDRINA, 2014).

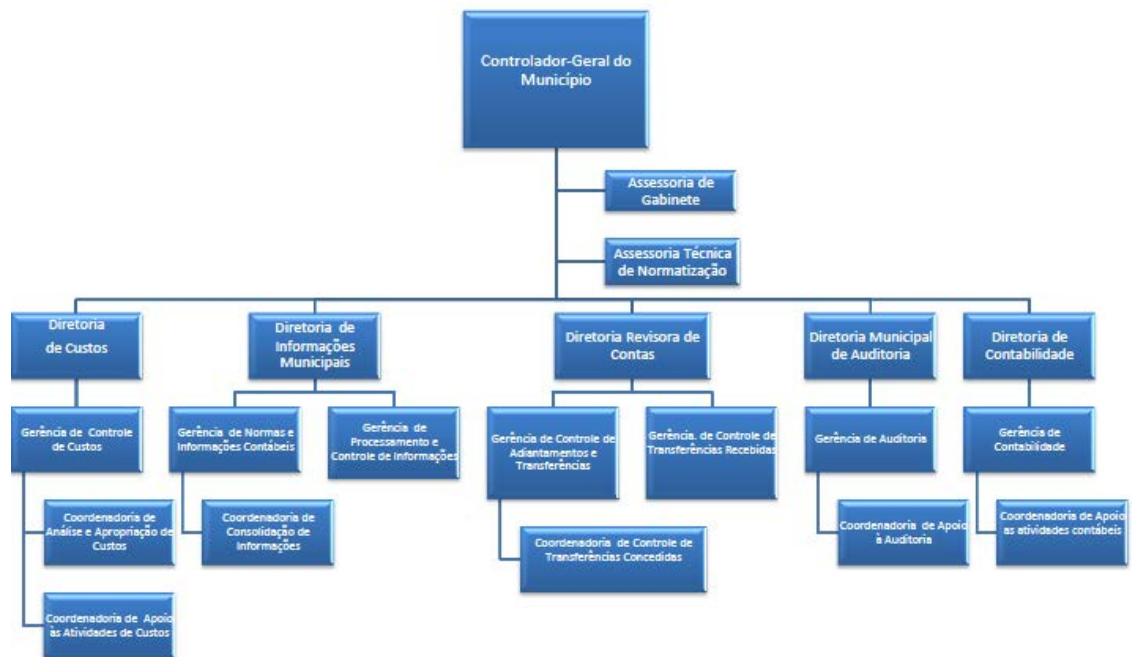
Londrina se firmou como Pólo Regional de bens e serviços e se tornou a terceira mais importante cidade do Sul do Brasil na década de 90, verificando um crescimento estável, estabilizando-se como principal ponto de referência do Norte do Paraná, bem como desempenhando grande influência e atração regional (LONDRINA, 2014).

4.3.2.1 Controle Interno no município de Londrina

O município de Londrina conta com Controladoria Geral e Sistema de Controle Interno desde o ano de 2004, com a promulgação da Lei 9.698 de 29 de dezembro de 2004. A Controladoria-Geral do Município é o órgão ligado diretamente ao Chefe do Poder Executivo, tem como missão institucional estabelecer metas de Controle Interno (LONDRINA, 2014).

A estrutura organizacional da Controladoria-Geral do Município, instituída pelo Decreto Municipal nº 375 de 29 de março de 2012, conta atualmente com as seguintes unidades organizacionais demonstradas através da Figura 1 (LONDRINA, 2014).

Figura 1-Organograma da Controladoria Geral do município de Londrina



Fonte: Estrutura e Organograma (LONDRINA, 2014).

A equipe é multidisciplinar, composta por técnicos das áreas de contabilidade, economia, administração e informática e afins.

Entre as atribuições destacam-se:

- Atender às consultas relacionadas nas questões de ordem administrativa e contábil da Administração Direta e Indireta do Município;
- Proceder ao controle e à fiscalização com atuações prévias, concomitantes e posteriores aos atos administrativos visando à avaliação da ação governamental e da gestão fiscal dos administradores por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial quanto à legalidade, à legitimidade, à economicidade, à aplicação das subvenções e à renúncia de receitas;
- Verificar a aplicação correta dos recursos financeiros disponíveis, bem como, a probidade e a regularidade das operações realizadas. (LONDRINA, 2014)

A efetivação do controle interno que deverá ser realizado nas Secretarias de Assistência Social está diretamente ligado ao perfeito funcionamento do controle interno municipal. A melhoria dos controles nestas secretarias deve relacionar-se com o trabalho cotidiano deste órgão, sendo que todos os servidores devem estar

envolvidos neste controle, pois a cada um cabe conduzir o trabalho de forma correta e com a maior eficiência a administração dos recursos recebidos, dos materiais utilizados como também da fiscalização dos recursos repassados através de convênios a fim de confirmar a real aplicação dos mesmos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar a pesquisa e a análise de resultados, pode-se observar que o alcance dos objetivos específicos a, b e c é demonstrado através da explanação existente no referencial teórico que é utilizado como um apoio para entendimento do tema deste trabalho. A análise da resposta ao item oito do questionário apresentado no Apêndice A que pergunta de que forma se dá o acompanhamento dos convênios firmados específicos desta Secretaria de Assistência Social referentes a repasses estaduais e federais e a finalização do tópico da análise de resultados é uma síntese do alcance aos objetivos d e f. Quanto ao alcance do objetivo e, cita-se a apresentação dos casos de implantação do controle interno nos municípios de Campinas e Londrina, onde já há um maior desenvolvimento deste controle.

Quanto ao controle interno, ressalta-se a importância da existência de controle interno dentro de uma Secretaria de Assistência Social, porém mesmo havendo a interpretação de que há essa necessidade, falta o conhecimento do que seja o conceito de controle interno por parte de seus funcionários.

Há muita divergência quanto a forma de apresentação dos controles da Secretaria de Assistência Social, o que leva ao entendimento de que não há um método especificado para esta apresentação, o que pode dificultar a interpretação dos dados e utilização dos mesmos para melhoria dos processos dentro do órgão. Sendo assim, nota-se que seria viável a execução do controle interno por um técnico que seria responsável somente por esta área tanto no âmbito municipal quanto na aplicação de controles dentro das secretarias municipais.

A partir do estudo, observa-se que não há uma parametrização na forma de execução de um controle interno dentro deste órgão, sendo que seria necessário o conhecimento mínimo dos funcionários sobre o tema e um conhecimento ampliado por parte do gestor da Secretaria de Assistência Social como também do gestor municipal como também conhecer algum tipo as normatizações e legislações de atividades relacionadas ao controle interno no município.

Através da pesquisa de execução do controle interno em outros municípios com diferentes características do município de Laranjal Paulista, percebe-se que nos municípios pesquisados, a necessidade da implantação do Sistema de Controle Interno é imprescindível para o melhor acompanhamento da Gestão Pública por conta do porte dos mesmos.

Ao se observar o trabalho realizado por estes municípios, os menores como é o caso de Laranjal Paulista podem utilizá-lo como exemplo e também meio de aprimoramento das atividades desenvolvidas para implantar e efetivar o trabalho do controle interno através do envolvimento de todos os órgãos que compõem a gestão pública municipal.

Não esgotando neste trabalho todo o estudo a ser realizado acerca do tema controle interno, uma nova pesquisa que pode ser elaborada seria a efetiva ação do controle interno municipal, a implantação deste controle em todas as secretarias municipais e a correlação dos dois controles a fim de melhorar a fiscalização dos atos administrativos da gestão pública municipal.

6 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Simone Aparecida; CRUS, José Ferreira. Um Sistema Único de Assistência Social para o Brasil. In: TAPAJÓS, Luziele; RODRIGUES, Roberto Wagner da Silva (organizadores). **Rede SUAS: gestão e sistema de informação para o Sistema Único de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2007.

BARBIERI, Carla B. **Terceiro Setor: desafios e perspectivas constitucionais**. 1 ed. 1 reimpr. Curitiba: Juruá, 2011.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 3 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BRASIL. **Capacita SUAS Volume 1. SUAS: Configurando os eixos de mudança**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1 ed. Brasília: MDS, 2008.

_____. **Capacita SUAS Volume 2. Desafios da gestão do SUAS nos municípios e estados**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1 ed. Brasília: MDS, 2008.

_____. **Capacita SUAS Volume 3. Planos de Assistência Social: diretrizes para elaboração**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1 ed. Brasília: MDS, 2008.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19 set. 2014

_____. **Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 20 set. 2014.

_____. **Lei Nº 4.320, de 17 de Março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acesso em: 20 set. 2014

_____. **Política Nacional de Assistência Social**. Disponível em: <http://www.aracaju.se.gov.br/userfiles/politica_nacional_assistencia_social.pdf>. Acesso em: 20 set. 2014

CAMPINAS. **Controle Interno**. Disponível em:
<<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/gestao-e-controle/control-interno.php>>.
Acesso em: 10 out. 2014.

_____. **Origens**. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/sobre-campinas/origens.php>>. Acesso em 10 out. 2014.

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público: integração das áreas do ciclo de gestão: contabilidade, orçamento e auditoria e organização dos controles internos, como suporte à governança corporativa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público: integração das áreas do ciclo de gestão: contabilidade, orçamento e auditoria e organização dos controles internos, como suporte à governança corporativa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto de. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GARCIA, Marcelo. **A Assistência Social no Brasil: Como chegamos até aqui**. Disponível em: <<http://www.marcelogarcia.com.br/nobrhcomentada.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Infográficos: Histórico**. Disponível em:
<<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=352640&search=sao-paulo|laranj-paulista|infograficos:-historico>>. Acesso em: 10 out. 2014

JUNIOR, Gilvan Coelho; LIMA, César Lucio de. Antecedentes da Rede SUAS. In: TAPAJÓS, Luziele; RODRIGUES, Roberto Wagner da Silva (organizadores). **Rede SUAS: gestão e sistema de informação para o Sistema Único de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LARANJAL PAULISTA. **História**. Disponível em:
<<http://www.laranjalpaulista.sp.gov.br/v2/?io=2db/MRrL+vDuiKeuE26Uatc6>>. Acesso em: 10 out. 2014.

LONDRINA. **A Controladoria: Atribuições e Competências**. Disponível em:
<<http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=807&Itemid=785>>. Acesso em: 10 out. 2014.

_____. **A Controladoria: História**. Disponível em:
<http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=810&Itemid=780>. Acesso em: 10 out. 2014.

_____. **História da Cidade**. Disponível em:
<http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3&Itemid=5>. Acesso em: 10 out. 2014

_____. **Estrutura e Organograma**. Disponível em:
<http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=809&Itemid=783>. Acesso em: 10 out. 2014.

MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade aplicada ao setor público**. 1 ed. Brasília, 2009.

OLIVIERI, Cecília. O sistema de Controle Interno do Executivo Federal Brasileiro: A construção Institucional do Controle Político da Burocracia. In: **II Congresso Consad de Gestão Pública**. Brasília/DF. 2009. Disponível em:
<http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/Material_%20CONSAD/paineis_II_congresso_consad/painel_27/o_sistema_de_controle_interno_do_executivo_federal_brasileiro.pdf>. Acesso em: 20 set. 2014.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio. et.al. **Contabilidade Pública**: uma abordagem da administração financeira pública. 11 ed. rev., ampliada e atualizada até novembro de 2009. São Paulo: Atlas, 2010.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, Alexandre Mateus dos. **Controle Interno Municipal**. 2013. Disponível em:
<<https://ead.tce.sp.gov.br/moodle/mod/resource/view.php?id=1899>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual básico O Controle Interno do Município**. São Paulo: TCE/SP, 2013. Disponível em: <<http://www4.tce.sp.gov.br/sites/default/files/manual-basico-controle-interno-do-municipio.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2014.

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos funcionários da Secretaria de Assistência social do município de Laranjal Paulista-SP

QUESTIONÁRIO

Este questionário contém dez perguntas objetivas, devendo-se optar por apenas uma resposta em cada pergunta, todas com enfoque ao Controle Interno na Secretaria de Assistência Social.

CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE

1. Há quantos anos você trabalha neste órgão?

- Há menos de 1 ano
- De 1 a 5 anos
- De 5 a 10 anos
- Há mais de 10 anos

2. Na Secretaria de Assistência Social ocupa cargo:

- Efetivo
- Comissionado
- Estágio
- Contratado

QUANTO AO CONTROLE INTERNO

3. Em sua opinião, o controle interno corresponde:

- ao controle realizado pelo próprio órgão executor no âmbito de sua própria Administração.
- ao controle efetuado por órgão externo à Administração Pública.

4. Em sua opinião, é importante a existência de controles internos também dentro de secretarias municipais de assistência social?

- Sim Não

5. Em sua opinião, são executadas atividades voltadas ao controle interno nesta Secretaria de Assistência Social?

- Sim Não

6. Quais dos controles abaixo são executados nesta Secretaria de Assistência Social:

- Orçamentário
- Documentos
- Almoxarifado
- Outros. Quais?

7. Ocorre um acompanhamento dos convênios firmados específicos desta Secretaria de Assistência Social referentes a repasses estaduais e federais?

- Sim Não

8. De que forma ocorre este acompanhamento?

() Através de documentação de prestação de contas

() Através de visitas periódicas às entidades e setores da Secretaria de Assistência Social que recebem repasse

() Ambos

9. Você conhece algum tipo de normatização de atividades relacionadas ao controle interno no município?

() Sim () Não

10. Os controles desta Secretaria de Assistência Social são apresentados para outras secretarias do município através de:

() Utilização de internet

() Relatório

() Reunião com apresentação de documentos

() Não são apresentados